

Artigo

Revisar é enunciar: uma possibilidade de formação teórica enunciativa para profissionais do texto

Reviewing is enunciating: a possibility of enunciative theoretical qualification for text professionals

Revisar es enunciar: una posibilidad de formación teórica enunciativa para profesionales del texto

Felícia Xavier Volkweis¹ 

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre a teoria da enunciação como um importante fundamento teórico para a formação de profissionais do texto, especialmente revisores e editores. Para isso, primeiramente, mobilizo conceitos sobre língua, escrita e revisão sob a ótica da Linguística da Enunciação de Émile Benveniste. Em seguida, por meio de uma pesquisa qualitativa interpretativa, analiso narrativas de revisoras e autoras sobre os processos de escrita e revisão. Com essa análise, associada aos conceitos teóricos apresentados anteriormente, pode-se atribuir um novo sentido à revisão de texto, como um ato enunciativo, intersubjetivo, calcado na parceria entre autor e revisor. Tais resultados corroboram a importância do conhecimento de uma teoria linguística que embasa o fazer do revisor.

Palavras-chave: Revisão de texto; Linguística da Enunciação; formação de revisores.

ABSTRACT

The aim of this article is to reflect on the theory of enunciation as an important theoretical framework for the qualification of text professionals, mainly reviewers and editors. For that, firstly, concepts of language, writing and text editing are viewed from the perspective of Émile Benveniste's Linguistics of Enunciation. Afterwards, through interpretative qualitative research, narratives of reviewers and authors about writing and reviewing processes are analyzed. In this analysis, with the theoretical concepts presented previously, a new meaning can be attributed to text editing, as an enunciative, intersubjective act, founded on the partnership between author and reviewer. These results corroborate the importance of knowing a linguistic theory that serves as a basis for the reviewer's work.

Keywords: Text editing; Linguistics of Enunciation; reviewers' qualification.

1 INTRODUÇÃO

“O revisor aprende a revisar revisando”: eis um dizer frequente entre os profissionais do texto¹ – do qual não posso discordar. Um dos motivos para a frequência desse dizer está na própria formação desses profissionais. Essa afirmação pode soar como uma crítica negativa aos cursos que preparam revisores de texto, mas me explico a seguir na tentativa de desfazer essa possível impressão.

¹ Neste artigo, quando me refiro a profissionais do texto, estou considerando revisores, preparadores e editores de texto. Essas denominações são comuns no mercado editorial, mas as atribuições de cada profissional variam muito em cada cenário. Portanto, aqui, coloco todos sob a alcunha “profissional do texto”, ou mais especificamente “revisor de texto”, ou apenas “revisor”.

No Brasil, ainda é escasso o número de cursos de graduação com um currículo estritamente voltada à formação de revisores, preparadores e editores de texto. Muitas vezes, os cursos oferecem habilitação ampla, como, por exemplo, bacharelado em Letras com foco em tradução e revisão (não apenas em revisão) ou licenciatura em Letras, cujo foco é a docência, com conhecimentos em revisão (e em muitos outros temas afins). Certamente uma formação ampla tem muitos benefícios, dando ao universitário um leque de possibilidades e permitindo que ele escolha em que se especializar após a graduação; por outro lado, essa amplitude limita o aprofundamento em certas áreas e, até mesmo, dificulta o estabelecimento de relações mais profundas entre a teoria aprendida na universidade e a profissão a ser seguida.

Seria ingênuo da minha parte esperar que um curso de graduação dê conta da formação completa de um profissional; há sempre mais e mais a aprender. Daí a existência de cursos livres, de especialização e de pós-graduação, que são destinados justamente a esse aprofundamento tão necessário. Mas, até que o revisor de texto chegue lá, ele realmente “aprende a revisar revisando”, aprende com os colegas de profissão, aprende com os manuais e as gramáticas e aprende, inclusive, errando. Comigo não foi diferente.

Quando conheci o mundo da revisão, eu definitivamente não era uma revisora, embora fosse licenciada em Letras e atuasse como professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa há 10 anos. Aprendi a revisar revisando, mas também buscando cursos na área que me ajudassem a desvendar esse ofício. Nessa busca por aprender, ingressei no mestrado em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde me deparei com o que, agora, me parece ser a pedra fundante da formação do revisor de texto: uma visão teórica de língua que balize não apenas sua formação inicial, mas principalmente sua atuação ao longo da carreira.

Neste artigo, portanto, tenho como objetivo apresentar uma – entre muitas outras possíveis – concepção teórica de revisão de texto: a revisão sob o viés enunciativo. Para isso, parto da Linguística da Enunciação de Émile Benveniste e conto com o apoio de resultados da minha pesquisa de mestrado que corroboram a importância do conhecimento de uma teoria linguística apropriada ao fazer do revisor (Volkweis, 2020).

Uma das motivações para a escrita deste artigo reside na possibilidade de analisar a revisão com um enfoque diferente, pois grande parte dos estudos sobre revisão é pautada na perspectiva dialógica da análise do discurso – com os quais muito aprendi. Percebo, porém, que é preciso deixar ainda mais evidente a importância da intersubjetividade no processo de revisão. Ressalto, diante disso, que minha intenção aqui não é invalidar ou discordar de estudos realizados anteriormente, mas sim contribuir com mais uma forma de compreender esse papel tão amplo desempenhado pelo revisor de texto.

Portanto, na segunda seção, discorro sobre o que chamo de tríade formativa para revisores de texto: língua, escrita e revisão. Inicialmente, apresento o conceito de língua a partir da perspectiva benvenistiana; em seguida, trato da escrita que resulta desse conceito de língua, o que possibilita, por fim, compreender a revisão de texto sob a ótica enunciativa. Para demonstrar como a revisão de texto pode se constituir como um ato enunciativo, na terceira seção analiso narrativas de revisoras e alunas-autoras sobre a parceria que estabeleceram durante o processo de escrita e revisão de textos acadêmicos, especificamente trabalhos de conclusão de curso. Com essa análise, associada aos conceitos teóricos apresentados

anteriormente, na quarta seção me dedico a dar um novo sentido à revisão, como um ato enunciativo, intersubjetivo, embasada na parceria entre autor e revisor.

Acredito que a discussão proposta neste artigo possa colaborar com a formação desses profissionais, não apenas aqueles que ainda estão na graduação ou nos cursos de especialização, mas principalmente aqueles que, como eu, ingressaram no mundo da revisão muito tempo depois de completarem o curso universitário e, provavelmente, precisaram desvendar esse ofício por conta própria. Os leitores a quem destino este texto são, principalmente, os meus colegas de profissão.

2 LÍNGUA, ESCRITA E REVISÃO: UMA TRÍADE FORMATIVA

Para compreender a revisão sob a ótica enunciativa, é preciso refletir, antes, sobre conceitos que são o ponto de partida para o ato de revisar: língua e escrita. Nesta seção, me dedico a retomar esses conceitos, evidenciando que língua não é apenas uma ferramenta de comunicação, assim como a escrita não é apenas representação gráfica da fala. Ao ampliar nosso entendimento de língua e de escrita, torna-se possível falar sobre a revisão sob outra dimensão, uma revisão que não se limita à adequação normativa, mas se amplia para um ato enunciativo.

2.1 A língua através da lente enunciativa

A teoria enunciativa² de Benveniste, que baliza este artigo, normalmente consta nas grades curriculares dos cursos que formam profissionais do texto. No entanto, a obra benvenistiana pode não receber muita ênfase, provavelmente por conta de sua complexidade.

Émile Benveniste (1902-1976), considerado o “linguista da enunciação”, como afirmam Valdir Flores e Marlene Teixeira (2015), talvez tenha sido o primeiro a desenvolver, a partir do quadro saussuriano, um modelo de análise da língua especificamente voltado à enunciação. Em um contexto de pesquisa com base no estruturalismo de Ferdinand de Saussure – fundador da Linguística –, no qual os linguistas temiam incluir componentes contextuais e fenômenos supostamente extralinguísticos, exteriores ao sistema da língua, Benveniste fez um movimento contrário ao propor a inclusão dos estudos da enunciação e da subjetividade como objeto da Linguística. Sua intenção era apresentar “[...] meios de tratar da enunciação ou, como ele mesmo diria, do homem na língua. Esta é a inovação de seu pensamento: supor sujeito e estrutura articulados” (Flores; Teixeira, 2015, p. 30).

Benveniste, portanto, partiu dos ensinamentos de Saussure, sobre os quais discorreu em vários de seus artigos – hoje reunidos nas obras *Problemas de Linguística Geral I e II* –, como, por exemplo, os conceitos de estrutura e signo, e os redefiniu. Assim, ele instaurou um pensamento diferente sobre língua e linguagem.

Para compreender a perspectiva benvenistiana, recorro à pesquisa de Magali Endruweit (2022), que, por meio de uma extensa análise teórica, busca explicações para o motivo pelo qual a escrita não consistia em um objeto de estudo da Linguística. Refazendo um percurso histórico, Endruweit chega a dois modos de compreender a escrita: a escrita utilitária, referente ao ensino escolar, que exclui o sujeito que a utiliza; e a escrita que contém o sujeito bem como seus rastros de singularidade – uma escrita sob o viés enunciativo.

2 *Teoria enunciativa* ou *teoria da enunciação* é a forma como se convencionou chamar o trabalho de Benveniste, porém é importante ressaltar que esse linguista, aparentemente, não se propôs a criar uma teoria.

A escrita utilitária é a que se pratica hoje em diversos meios escolares, nos mais variados níveis, inclusive o acadêmico; é vista como representação da fala, prova de domínio da língua, de conteúdo, de conhecimentos adquiridos, tornando o texto apenas passivo. Nessa análise, Endruweit (2022) mostra que o cerne do problema está na atitude da escola, que ajudou a construir uma imagem formal da escrita, resultado de um treinamento para escrever, dissociando forma e sentido.

Para fundamentar suas conclusões, Endruweit se dedicou primeiramente à análise dos trabalhos de Saussure e, depois, aos de Benveniste. Então, me atenho aqui aos seus principais achados e a textos de/sobre Benveniste que poderão me auxiliar a tratar de revisão sob a ótica enunciativa. Antes, porém, acredito que seja importante situar o leitor sobre o legado de Saussure e sua opinião sobre a escrita, que é o ponto de partida não apenas para falar de enunciação, mas também para compreender o percurso da Linguística.

A escrita foi um componente excluído da Linguística de Saussure, que a tratou sob o viés da materialidade em seu *Curso de Linguística Geral*³ (CLG). Apesar disso, seus escritos compilados postumamente constituíram uma verdadeira epistemologia da Linguística, na qual Benveniste e muitos outros linguistas fundamentaram suas pesquisas.⁴ O *Curso* de Saussure evidencia que a língua é uma instituição social e estabelece o princípio da arbitrariedade do signo. Os signos, por sua vez, não são naturais, mas culturais. Como a língua é um fato humano, a Linguística foi classificada entre as ciências sociais. Apesar disso, e muito embora sua concepção de língua passe pelo falante, em busca de um caráter científico conforme os moldes da época, o Saussure do *Curso* excluiu o sujeito de suas análises linguísticas. O mesmo foi feito com a escrita, sob a alegação de que seria um sistema subordinado à língua, mera representação da fala. Assim, a escrita foi deixada de lado no *Curso* sob a alegação de que seu caráter material e externo à língua ameaçaria a legitimidade científica, já que a intenção era filiar o CLG ao pensamento filosófico clássico.

No capítulo “Representação da língua pela escrita”, o Saussure (2012, p. 58) do CLG destaca a importância de conhecer “a utilidade, os defeitos e os inconvenientes de tal processo”. Nas páginas seguintes, deixa claro que a língua tem uma tradição oral, ao passo que a escrita tem caráter negativo e recebe “importância imerecida”, pois é ela que regulamenta, coordena e trava a marcha da língua; também diz que sua natureza é enganosa uma vez que cria imagens falsas da língua. Então, por essas e outras razões, Saussure limita seu objeto linguístico apenas à palavra falada. Apesar das controvérsias, a contribuição de Saussure ao desenvolvimento da Linguística como ciência é inegável, servindo de modelo para diversas outras áreas que se ocupam do homem e da sociedade. Benveniste, por exemplo, foi um dos tributários das ideias de Saussure, dando continuidade aos estudos linguísticos e indo além.

Na obra de Benveniste, entre tantos assuntos relevantes para pensarmos sobre língua, escrita e revisão, um ponto que nos interessa é o da (inter)subjetividade. Benveniste (2005a, p. 285) diz que “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando

³ Esta obra, organizada postumamente, traz uma compilação das anotações contidas nos cadernos dos alunos que participaram de um curso homônimo na Universidade de Genebra, ministrado por Saussure entre os anos 1907 e 1911. Os linguistas editores Charles Bally e Albert Sechehaye se empenharam em decifrar essas anotações e imprimir nelas a complexidade do raciocínio do mestre genebrino. Por conta desse trabalho, os pensamentos de Saussure se disseminaram, já que, em vida, suas publicações foram escassas.

⁴ Uma dessas obras de mais fácil acesso é intitulada *Escritos de Linguística Geral* (2004), organizada e editada por Simon Bouquet e Rudolf Engler, que reúne manuscritos de Saussure encontrados em sua residência em Genebra. Esses manuscritos viriam a ser um livro de Linguística Geral, mas que já havia sido considerado perdido. Mesmo assim, motivaram ainda mais as pesquisas sobre o pensamento de Saussure, permitindo confirmar ou refutar o conteúdo do *Curso*.

com outro homem, e a linguagem⁵ ensina a própria definição do homem”. Desse trecho, podemos inferir que a linguagem só é possível quando o locutor se apresenta como sujeito, o *eu* do discurso, dirigindo-se a alguém, o *tu*. Isso porque “uma língua sem expressão de pessoa é inconcebível” (Benveniste, 2005a, p. 287).

A linguagem é a possibilidade da subjetividade; e no exercício do discurso cada locutor define a si como *eu* e a um parceiro como *tu*, seu interlocutor. Dessa forma, como observa Endruweit (2022), Benveniste ressalta o caráter constitutivo e intersubjetivo da linguagem, não apenas instrumental, uma vez que não se pode estabelecer uma oposição entre a linguagem e o homem e nunca os vemos de forma separada. Nesse sentido, Benveniste diz que (2005a, p. 286) “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de *ego*” (Benveniste, 2005a, p. 286).

É importante deixar claro o que subjetividade e intersubjetividade significam. A subjetividade, para Benveniste (2005a, p. 286),

[...] é a capacidade do locutor de se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não passa de um reflexo) mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa subjetividade [...] não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que[m] diz *ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo *status* linguístico da “pessoa”.

A partir do momento em que se estabelece a categoria de pessoa, condição para a subjetividade, torna-se possível a existência da intersubjetividade, que se dá no diálogo entre *eu* e *tu*. Cabe ressaltar que “diálogo”, para Benveniste, significa não uma mera troca verbal entre interlocutores, mas sim uma “[...] troca verbal entre interlocutores movida por um interesse comum ou intersubjetivo”, estabelecendo-se como parceiros e protagonistas do ato enunciativo (Lichtenberg *et al.*, 2009, p. 81).

A consciência de si mesmo se efetiva na posição de contraste, pois eu só digo *eu* quando me dirijo a alguém, que na instância de discurso será *tu*. Cada um desses termos só se concebe mediante a existência do outro; assim, são complementares e reversíveis, o que constitui uma realidade dialética. “É na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como ‘sujeito’”; logo “[...] o fundamento da subjetividade está no exercício da língua”, explica Benveniste (2005a, p. 288).

Há ainda a categoria denominada “não pessoa”, o *ele*. Como explica Endruweit (2022), o que não pertence a *eu-tu* recebe como predicado a forma verbal de terceira pessoa. Assim, *ele* pode ser qualquer sujeito ou nenhum; apenas é impossível invertê-lo com *eu* ou *tu*. Assim, Benveniste estabeleceu uma divisão do sistema pronominal em “pessoa subjetiva” e “pessoa não subjetiva”, e por conseguinte uma correlação de “subjetividade” e de “personalidade”. *Eu* e *tu* falam d’*ele*: trata-se de uma relação de três termos, isto é, o homem é capaz de exprimir-se em uma forma trinitária que lhe é natural, explica Endruweit (2022).

5 Linguagem, para Benveniste, é a “faculdade de simbolizar inerente à condição humana [...]. Assim, entendida, a linguagem está diretamente ligada à intersubjetividade uma vez que, como uma faculdade de simbolizar, ela é condição de existência do homem e como tal é sempre referida ao outro. [...] Esse princípio é reiterado inúmeras vezes e em vários textos de Benveniste. Porém, a exemplo de outros termos da teoria de Benveniste, também a linguagem recebe [...] nuances de sentido que decorrem do contexto em que ocorre e dos termos que se faz acompanhar” (Flores, 2009, p. 152). Por essa razão, há diferentes sentidos de linguagem ao longo de sua obra, inclusive quando ele alterna o termo com “língua(s)”.

Além da categoria de pessoa, devemos falar da referência. Benveniste (2006a, p. 82) afirma que, ao se enunciar, isto é, ao “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, o sujeito locutor converte a língua em discurso em direção a um ouvinte, e este retorna com outra enunciação. Nesse processo de apropriação do aparelho formal da língua, o locutor enuncia sua posição por meio de índices específicos, que, além da categoria de pessoa (eu, tu, ele), são os de tempo (agora) e espaço (aqui). Esses índices constituem a referência, parte integrante da enunciação. Na fala, portanto, tempo e espaço se constituem durante o ato enunciativo; o tempo presente é o momento em que *eu* fala a *tu* em um espaço específico onde ambos se encontram.

Nas palavras do linguista, “o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno” (Benveniste, 2006a, p. 84). Note-se que a referência é interna, e não ao mundo, como explicam Flores e Teixeira (2015). Trata-se de uma referência à própria enunciação, ao ato individual de utilização da língua, que implica tempo, espaço e pessoa. Esse conjunto de características torna a enunciação irrepitível, pois tais categorias não podem ser perenizadas na língua. Endruweit (2022) destaca que também não é o sujeito o objeto dessa teoria, mas sim o estudo das representações do sujeito que enuncia, bem como o estudo das marcas formais no enunciado. Seu interesse é a significação, a enunciação do sujeito, a representação deste na língua.

Outro ponto notável nos estudos de Benveniste (2006b, p. 21) para pensarmos sobre revisão de texto são as “noções gêmeas” de forma e sentido. Segundo Benveniste (2005b), muitos linguistas tentaram reduzir a língua à noção única da forma, mas sem conseguir libertar-se do sentido. “O que não se tentou para evitar, ignorar ou expulsar o sentido? É inútil: essa cabeça de Medusa está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam”, diz Benveniste (2005b, p. 135), utilizando uma metáfora para evidenciar que forma e sentido devem articular-se juntos na língua.

De acordo com Benveniste (2006b), a língua é feita de forma e sentido. A forma, diz ele, refere-se à matéria dos elementos linguísticos ou à organização desses elementos quando se exclui o sentido; já o sentido refere-se ao conjunto de procedimentos de comunicação que são compreendidos pelos locutores. Então, o linguista deixa claro que opor forma e sentido é uma banalidade, pois são indissociáveis. Ao buscarmos compreender a língua, o que nos importa é a sua essência, e a sua essência é a significação.

Benveniste, assim, vai além do ponto a que Saussure chegou. Saussure opôs língua e fala, analisando a primeira a partir da noção de signo linguístico. Já para Benveniste (2006b, p. 230), a língua não se opõe à fala; a língua só é língua por conta de seu caráter semiótico e semântico: “a semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação”. Sendo assim, a língua deve ser estudada no ato enunciativo, no instante em que é proferida pelo locutor em direção a um alocutário. Esse ato enunciativo é a língua em uso dotada de significação, sendo compreendida pelos locutores envolvidos. Nesse nível semântico, o foco não é somente o valor do signo, mas também o sentido que se instaura no discurso. Assim, podemos inferir que a forma (semiótica) é *a* língua, enquanto o sentido (semântico) é *no que* a língua resulta, sendo assim inseparáveis.

Essa compreensão sobre língua é fundamental para o fazer do revisor de texto, como evidenciarei mais adiante. Antes de chegar à revisão de texto em si, é necessário analisar como a teoria enunciativa de Benveniste pode contribuir para a compreensão da escrita.

2.2 A escrita através da lente enunciativa

Ao longo de sua obra, Benveniste não chegou a se dedicar ao estudo da escrita, mas notamos algum espaço para pensarmos sobre a relação entre língua e escrita, como, por exemplo, quando ele afirma que “muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. [...] Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita”. Em seguida, Benveniste (2006a, p. 90) afirma que a enunciação escrita “se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem”.

Nesse trecho, fica evidente que a intersubjetividade é constitutiva da escrita, assim como da fala. Quando *eu*, locutor, me enuncio, eu pressuponho uma enunciação de retorno de um alocutário. Assim, como diz Flores (2018), podemos depreender dessa passagem que o locutor produz tanto a enunciação escrita quanto a leitura dessa enunciação escrita. Nessa relação, o leitor, que inicialmente ocuparia o lugar de alocutário no ato enunciativo, é na verdade locutor, pois “o leitor enuncia a leitura, a sua leitura”. Assim, “locutor e alocutário são, em suma, sempre colocutores” (Flores, 2018, p. 413).

Além disso, na obra *Últimas aulas no Collège de France: 1968 e 1969* (2014)⁶, que reúne as últimas lições ministradas por Benveniste nessa instituição, o linguista questiona as teses de Pierce e concorda com as de Saussure para, a partir daí, desenvolver suas próprias teses. Assim, ele vai além e, em vez de tratar da língua sob a sua forma escrita, como representação, ele trata da relação da escrita com a língua.

Para Benveniste (2014, p. 127), “nosso pensamento está, em qualquer nível, constantemente *informado* pela escrita” (grifo meu). “Informar”, nesse caso, refere-se à possibilidade de dar forma a algo, isto é, uma forma gráfica dotada de sentido: a escrita. Isso quer dizer que a escrita está intimamente associada à língua, à fala e, inclusive, ao pensamento. Apesar disso, é comum que a escrita seja vista como forma, marcas gráficas que representam a fala – talvez por conta de sua própria origem. É inegável que, ao pensarmos sobre língua, nos remetemos à escrita, pois esta é a forma como a vemos materialmente, mas, na verdade, há bem mais do que marcas gráficas.

Para colocar em prática o sistema da escrita, segundo Benveniste (2014), é indispensável uma abstração de alto grau. Essa abstração se refere a desprender-se do aspecto sonoro da língua, assim como da expressão e da entonação do falante. Também se exclui a participação de um outro que comporia a cena da enunciação falada. “Tudo isso é substituído por signos traçados à mão”, explica Benveniste (2014, p. 130). Assim, a língua é uma atividade na qual se está sempre em diálogo, e o mesmo ocorre na escrita. Fala e escrita significam da mesma maneira: ambas ganham vida na relação dialética que devem estabelecer.

No processo de escrita, esse grande salto da palavra dita à palavra escrita, está em jogo, além das palavras, “a relação entre o que escrevemos e o que pensamos” (Benveniste, 2014, p. 131). Isso significa que é da linguagem interior que provém o ato de escrever, e não da

⁶ Obra publicada originalmente em 2012, na França, elaborada pelos linguistas Jean-Claude Coquet e Irène Fenoglio. É dividida em três capítulos: os dois primeiros contêm 15 aulas ministradas por Benveniste no Collège de France entre 1968 e 1969; e o terceiro contém as últimas anotações feitas por Benveniste para o curso que ele ministraria no ano letivo de 1969-1970, mas que, após a primeira aula, foi interrompido por um acidente vascular cerebral que o paralisou e o deixou afásico. Esses capítulos são compostos a partir de manuscritos inéditos de Benveniste e notas tomadas de seus alunos.

fala nem da linguagem em ação. Sendo assim, precisamos converter essa linguagem interior em escrita, mas esbarramos em uma dificuldade: como a linguagem interior é inteligível apenas para o falante, torná-la inteligível a outros “é uma tarefa considerável e que exige *uma atitude inteiramente diferente* da que adquirimos por meio do hábito de transferir o pensamento à escrita” (Benveniste, 2014, p. 132, grifo meu).

Endruweit (2022), com base nos trabalhos de Benveniste, se propôs a pensar nessa *atitude inteiramente diferente*. Trata-se da escrita sob o viés enunciativo, uma escrita vista como enunciação, e não como enunciado. Para tratar do tema, a autora desenvolveu sua pesquisa em uma escola, um ambiente que tem como um dos seus principais focos a escrita – já que o domínio desse sistema é porta de acesso ao conhecimento –, mas que frequentemente considera a escrita mera representação da fala.

Para a autora, a escrita que considera o enunciado é texto, ideal de significado e sentido; logo, pressupõe leitura. Nesse plano, diz ela, podemos comparar fala e escrita, devido ao caráter comunicacional que se dá na relação tanto entre locutor e alocutário quanto entre autor e leitor. Essa é a visão da escola sobre a escrita: como texto, que permite o acesso a um código de regras, explica Endruweit (2022). A escrita sob o viés enunciativo, porém, não tem como foco, por exemplo, a explicação de um conteúdo, “o que isso quer dizer?” e menos ainda as regras gramaticais; seu interesse está no sujeito. Endruweit (2022) explica que, nesse caso, nos distanciamos do texto e da aferição de conhecimento – comuns no espaço escolar – e focamos em escrita, enunciação e lógica do sujeito.

Dessa comparação, Endruweit ressalta uma diferença importante: a leitura singular. Quando lidamos com essa escrita que diz do sujeito, essa escrita sob o viés da enunciação, a leitura exige uma decifração da metáfora que a constitui. Isso não quer dizer que a materialidade gráfica da escrita seja desconsiderada, porém não se estuda a escrita como um conteúdo em si. Nesse caso,

o enunciado é o nível aparente do escrever [...], aquele que se deixa mostrar; a enunciação é o nível de uma heterogeneidade radical, constitutiva e refratária à representação total. Enfim, trata-se de uma forma de olhar enviesado, enxergando singularidades através da regularidade (Endruweit, 2022, p. 127).

A escrita sob o viés enunciativo, segundo Endruweit (2022), tem um caráter incorpóreo. Ela ainda pode considerada representação da fala, mas ela também devolve o lugar do sujeito, aquele que foi excluído dos estudos iniciais da Linguística. Sendo assim, *representar* é uma característica da escrita, mas *significar* é resultado da atividade de quem escreve. Endruweit (2022), apoiando-se em Benveniste, estende a possibilidade de significar da linguagem à escrita, uma vez que a escrita pertence à linguagem. Logo, podemos ver a escrita como enunciado, como texto, mas só a contemplaremos na sua totalidade se ela for vista também como a escrita “[...] de um sujeito, da enunciação, pois aquele que escreve se enuncia no que escreve” (Endruweit, 2022, p. 146).

Até aqui, portanto, entendemos que fala e escrita são atos enunciativos. Em ambos, o locutor mobiliza uma enunciação de retorno. Notemos, porém uma distinção: na fala, ocorre a troca entre *eu* e *tu*, em tempo e espaço definidos; já na escrita sob o viés enunciativo o *aqui* e o *agora* do *eu* não podem ser invertidos com o *aqui* e o *agora* do *tu*, pois não há um interlocutor presente, como explica Endruweit (2022). Na fala, tempo e espaço se constituem durante o ato enunciativo, o presente é o momento em que *eu* fala a *tu*; na escrita,

contudo, “apenas o *eu* está no presente, já que escreve a um *tu* ausente da cena enunciativa. Semelhante ao *ele*, o *tu* marca-se por uma presença-ausência” (Endruweit, 2022, p. 160).

Para explicar essa ausência, Endruweit (2022, p. 160) cita Michel de Certeau (1994, p. 299)⁷, que afirma que a escrita “[...] só tem sentido fora de si mesma, num lugar outro, o do leitor”. Para Certeau, a escrita “vai em direção a uma palavra que não lhe será jamais dada e que, por isso mesmo, constrói o movimento de ser indefinidamente ligada a uma resposta solta, absoluta, a do outro”.

Sob esse ponto de vista, a leitura tem um caráter ativo, de reapropriação da escrita do outro, estabelecendo a possibilidade de interlocução. Durante a leitura feita pelo *tu*, se instaura o presente da enunciação escrita. Como a escrita é sempre presentificada a cada nova leitura feita pelo *tu*, podemos caracterizá-la como atemporal, embora o momento da escrita em si pertença somente ao *eu* (Endruweit, 2022).

Em suma, compreendendo que “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, como afirma Benveniste (2006a, p. 82), convertendo a língua em discurso, consideramos a escrita também um ato enunciativo. Para isso, quando o sujeito escreve, ele precisa supor diante de si o outro, o leitor, o interlocutor. Se quem escreve não encontra quem fará sua leitura, sua escrita pertencerá somente a si mesmo, sem retorno. Isso porque “o que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (Benveniste, 2006a, p. 87).

Como parceiro, nesse ato enunciativo, avistamos o revisor, leitor profissional, o *tu* que pode estabelecer a intersubjetividade necessária à escrita. Sigamos em direção a esse encontro.

2.3 A revisão através da lente enunciativa

Do que foi dito até aqui, entendemos que fala e escrita significam da mesma maneira; logo, um ato enunciativo é tanto falar quanto escrever. O maior obstáculo, contudo, está na presença das categorias de pessoa *eu* e *tu*. Como a escrita exige uma abstração de alto grau, como disse Benveniste (2014), já que o *tu* não se faz presente fisicamente durante o ato de escrever, quem escreve, muitas vezes, precisa imaginar o seu leitor, criar mentalmente um sujeito com quem dialoga por meio das marcas gráficas.

Essa realidade é sempre a mesma, independente do que resulta dessa escrita – um conto, um livro, uma tese, entre outros. Em minha pesquisa de mestrado (Volkweis, 2020), analisei essa relação intersubjetiva no espaço universitário, especialmente pensando na produção do trabalho de conclusão de curso (TCC). Nessa comunidade de prática, há diferentes atividades com leitura e escrita, assim como diferentes atuações dos professores. Um graduando pode escrever seu TCC pensando em interlocutores da sua área, ainda mais se esse trabalho for publicado posteriormente, mas, por outro lado, esse TCC pode cumprir apenas um papel burocrático, servindo como comprovante de um conhecimento adquirido ao longo do curso; o aluno só precisa escrever para ser aprovado. Trata-se de uma escrita utilitária, como diz Endruweit (2022). Ao fim de uma graduação, somam-se muitos textos escritos por esses alunos, apenas engavetados, sem a possibilidade de interlocução, de sentido.

Uma vez que a escrita, nesses espaços, não serve para muito mais do que mera avaliação, eis que surge o revisor de texto, que pode suprir a ausência que permeia a escrita. Ao assumir esse papel, o revisor deixa de ser um mero *corretor* do texto, como o senso comum

7 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

o reconhece, e se propõe a fazer uma leitura atenta, interessada. Nessa leitura, nos momentos de troca entre revisor e autor, se estabelece um ato enunciativo, do qual depende o tratamento do enunciado, isto é, do texto em si. Essa troca pode ocorrer, por exemplo, por meio de conversas sobre o texto presenciais ou virtuais, ou por meio de perguntas e comentários deixados em forma de bilhetes no arquivo digital.

Em contextos universitários, especialmente aqueles que consideram a escrita apenas uma forma de medir conhecimento, e não um ato intersubjetivo, é essa interlocução que atribui sentido ao texto acadêmico, cujo propósito até então era o cumprimento de uma tarefa para a conclusão de uma etapa avaliativa. Por essa razão, em minha pesquisa de mestrado, averigui o trabalho desse profissional no âmbito acadêmico e pude constatar que uma de suas funções é colaborar para que o aluno ressignifique seu lugar na língua. O *eu* escrevendo para o *tu* é a polaridade fundamental para que a linguagem exista. A relação entre o aluno e o revisor estabelece a interlocução.

Agora, neste artigo, levando em conta esses resultados, ressalto a importância de uma formação de revisores sob a ótica da enunciação, a fim de que se compreenda seu papel para muito mais do que a simples adequação à norma-padrão ou, pior ainda, à chamada *correção gramatical*.⁸ No cotidiano do revisor, fala e escrita estão a serviço uma da outra: é preciso falar sobre o texto para desvendar as minúcias que se escondem na linguagem interior de quem se propõe a escrever. Como sugere Endruweit (2022), é um trabalho de decifração da metáfora. Colaborar para que essa linguagem interior se torne inteligível aos outros é uma das tarefas desse profissional.

Sob a ótica enunciativa, entendemos que aquele que escreve se enuncia ao escrever e, na sua escrita, faz os indivíduos se enunciarem (Benveniste, 2006a). No ato de revisar, com sua leitura interessada e ativa, o revisor se reapropria da escrita do autor e oferece uma enunciação de retorno. Assim, a escrita carrega tanto as marcas do autor quanto as marcas do leitor, desse que o autor faz se enunciar. Nas palavras de Endruweit (2022, p. 179),

nessa troca entre os dois primeiros pronomes pessoais funda-se uma intersubjetividade – necessária, mas não suficiente – possibilidade de toda enunciação. É, pois, necessário que *eu* deixe de ser *eu* e abdique seu lugar ao *tu* para que este, por sua vez, passe a ser *eu*.

Dessa forma, o outro, que até então estava ausente da cena enunciativa da escrita, retorna no ato de revisar. Esse outro é o revisor.

Com base no que foi dito até aqui, já haveria o suficiente para afirmar que o trabalho do revisor de texto pode ser compreendido de forma mais significativa se analisado sob a lente da enunciação, sendo, portanto, conhecimento teórico fundamental para a formação desse profissional. Para dar concretude a essa afirmação, na seção seguinte analiso narrativas de revisoras e alunas-autoras que podem deixar ainda mais claro esse caráter intersubjetivo do ato de revisar.

⁸ Carlos Alberto Faraco (2008) explica que o que chamamos de “norma-padrão” é o resultado de uma tentativa de uniformização da língua empreendida no século XIX, voltada a combater a variação do português popular e fixar como padrão um modelo lusitano de escrita, praticado por alguns escritores portugueses do romantismo. O excessivo artificialismo desse padrão, porém, impediu que ele se estabelecesse de forma integral entre os brasileiros, surtindo maior efeito na língua escrita do que na língua falada. Apesar disso, ainda há quem a defenda e considere “erro” toda escrita que desvia dessa norma, gerando o uso da expressão “correção gramatical” como se esse fosse o único papel do revisor de texto.

3 REDIMENSIONANDO A REVISÃO SOB A ÓTICA ENUNCIATIVA

A análise que apresento a seguir deriva dos resultados da minha pesquisa de mestrado, desenvolvida entre 2018 e 2020, em que me dediquei a responder à seguinte pergunta: que dimensão tem o papel do revisor de texto no meio acadêmico, especificamente nos cursos de graduação? Para isso, realizei uma pesquisa de natureza qualitativa interpretativa, situada na área da análise de narrativas.⁹

Nesta análise, me basearei em narrativas de revisoras e alunas-autoras, mas acredito que a reflexão proposta neste artigo possa contribuir para conclusões para além do cenário acadêmico. Digo isso considerando que uma pesquisa interpretativa, segundo Jennifer Mason (2002), interessa-se pela forma como o mundo social se constitui e é interpretado, como as relações se dão e como os resultados podem gerar novos sentidos e significados.

Além disso, por meio da análise de narrativas, como explicam Liliana Bastos e Liana Biar (2015), podemos compreender mais amplamente o que ocorre na vida dos indivíduos. A análise de narrativas é vista sob a perspectiva epistemológica construcionista, para a qual o mundo social vai se formando à medida que as pessoas o discutem, o escrevem e o questionam. Em outras palavras, os significados sociais não podem ser descobertos, mas sim construídos ativamente (Bastos; Biar, 2015).

Seguindo esse método de pesquisa, selecionei:

a) revisores que trabalhavam há pelo menos três anos com texto acadêmico – tempo esse que considerei minimamente suficiente para que o profissional pudesse descrever sua experiência com esse tipo de trabalho;

b) alunos de graduação que haviam contratado revisores para apoio de escrita acadêmica, preferencialmente em trabalhos de conclusão, quando estavam prestes a se formar.

A seleção dos revisores e dos alunos foi feita por meio da técnica de amostragem em cadeia de referência, também conhecida como *snowball* (Babbie, 2008). Nessa técnica, o pesquisador utiliza uma rede de indicações, em que os primeiros sujeitos contatados indicam outros que se encaixem no perfil em foco.

A seguir, analiso narrativas de duas revisoras sobre a dimensão do trabalho que elas próprias desempenham, bem como narrativas de duas alunas-autoras sobre a dimensão do trabalho do revisor em seu processo de escrita. Com essa análise, acredito que seja possível reforçar a importância de desempenhar o trabalho de revisão sob a ótica benvenistiana.

3.1 A dimensão do trabalho do revisor de texto sob seu próprio olhar

A fim de ter uma síntese da percepção das revisoras sobre a magnitude de sua intervenção, elaborei a seguinte pergunta: qual impacto você acredita que seu trabalho tem nos textos dos alunos universitários? Seguindo o senso comum sobre a atuação do revisor de texto, era possível que as respostas fossem centradas em mudanças normativas, adequação gramatical, estilo do texto acadêmico, entre outras, mas as falas das profissionais foram muito além disso, como descrevo a seguir.

Bárbara¹⁰, a primeira revisora entrevistada, destacou a importância do diálogo entre revisor e aluno-autor, na troca que se estabelece e nos frutos dessa relação – que são tanto a aprendizagem do aluno quanto o reconhecimento do revisor sobre seu próprio papel.

⁹ Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP/UFRGS). CAAE: 05321019.2.0000.534; Número do parecer: 3.120.631.

¹⁰ Os nomes das revisoras e das alunas entrevistadas são fictícios, a fim de preservar sua identidade.

Segundo ela, “na conversa entre revisor e autor, o autor vai definindo a sua própria visão do que é revisar, no que consiste o processo”¹¹. Além disso, o revisor motiva o aluno “a pensar muito sobre a escrita, a forma como ele tá se comunicando, possíveis *vícios*¹² de linguagem”.

Ela ressaltou que esse diálogo é ainda mais possível quando ela faz a revisão em blocos, isto é, quando ela faz a revisão do texto em partes, à medida que o aluno vai produzindo seu trabalho de graduação. Esse processo “ajuda muito ele a perceber o que ele tá escrevendo, a formular as ideias até. A bem da verdade, tu começa escrevendo o TCC com uma noção na cabeça, mas quando tu terminar tu já vai ter mudado de ideia 20 mil vezes”.

Observemos esta última fala: o diálogo ajuda quem escreve a “mudar de ideia” durante o processo de escrita. Pensando sob o viés enunciativo, podemos dizer que, quando se estabelece a relação entre quem escreve e quem lê, entre *eu* e *tu*, a escrita passa a dotar-se de sentido, que é o resultado da interlocução, da intersubjetividade, possibilitando a ressignificação de ideias iniciais.

A revisão em blocos, realizada ao longo da produção escrita, é uma forma de trabalho que colabora com esse processo de diálogo entre revisor e aluno. Essa modalidade traz a possibilidade de conversa sobre o texto revisado, que às vezes inclui a participação do orientador. O que se percebe aqui são atos enunciativos, isto é, a língua em uso sendo compreendida pelos diversos locutores envolvidos (Benveniste, 2006b). Diferentemente de uma visão tradicional da revisão de texto, o trabalho nesse caso se dá no nível semântico, em que o foco não é somente o valor do signo, mas também o sentido que se instaura no discurso entre interlocutores, levando a uma compreensão global.

Segundo Benveniste (2006a, p. 90), “o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem”. Aí está o caráter intersubjetivo da escrita. Quando o aluno (locutor) se enuncia por meio da escrita, ele pressupõe a enunciação de retorno de um leitor (alocutário), que aqui é o revisor. Assim, o aluno produz tanto a enunciação escrita quanto a leitura dessa enunciação escrita; e o revisor “enuncia a leitura, a sua leitura” (Flores, 2018, p. 413), passando de alocutário a locutor. Então, o que se estabelece entre aluno e revisor é uma relação entre interlocutores. Juntos, eles estabelecem a interlocução e preenchem a ausência que permeia a escrita.

Além disso, Bárbara fala sobre o suporte emocional que ela acredita dar ao aluno:

Eu me sinto meio psicóloga também, porque daí tem toda a parte emocional, né, de ajudar a aguentar o tranco do final de semestre, o cliente desesperado [...]. Essa conciliação, tentar preparar o autor pro que pode vir. Especialmente nesses casos em que o trabalho tá [com o prazo] muito apertado (Revisora Bárbara).

Novamente, quando Bárbara fala dessa “preparação sobre o que pode vir” – que faz com que ela se sinta uma psicóloga –, ela se refere aos momentos de conversa entre ela e o aluno sobre o processo de escrita e a insegurança de que seu texto não dê conta das expectativas da universidade. Essa conversa inclui, por exemplo, perguntas que a banca avaliadora pode fazer e orientações ao aluno para respondê-las. Apesar desse sentimento

11 A transcrição das falas das entrevistadas inclui algumas marcas de oralidade, mas certas repetições e hesitações foram reduzidas para que a leitura desses trechos se tornasse mais fluida.

12 O uso da expressão “vícios de linguagem” é reflexo de uma ideia normativista da escrita, em que os desvios da norma são considerados prejudiciais à língua, como um vício seria prejudicial à saúde. Ainda que muitos revisores tenham noção de que seu fazer é bem mais amplo do que a adequação gramatical, certos preconceitos linguísticos ainda se mostram presentes em seu discurso, pois são fruto de um longo percurso de educação centrada em uma atitude prescritiva.

de tensão, Bárbara resume a revisão de textos acadêmicos como uma “experiência muito bonita”:

Quando eu acabo uma revisão, eu tenho uma sensação tão boa assim no meu coração, mas eu acho que é recíproco porque tem muito cliente que responde de forma muito calorosa, né. Como se tu tivesse aberto os olhos da pessoa pra uma coisa que ela nem imaginava. E é essa a beleza do outro, né, tu tentar... todo problema que pode surgir, que tu pode solucionar antes de chegar na banca (Revisora Bárbara).

A fala de Bárbara de que seu trabalho é uma possibilidade de “abrir os olhos da pessoa pra uma coisa que ela nem imaginava” vai ao encontro da fala da segunda revisora entrevistada, **Lorena**, para quem o impacto do trabalho do revisor é como “um trabalho de formação do aluno”. Primeiro porque, segundo ela, alguns alunos consideram a revisão um sinônimo de normalização, o que fica claro, por exemplo, quando Lorena conta que seus alunos-autores não sabem exatamente o que um revisor faz. A forma prevalece no texto acadêmico, assim como acontece em outros níveis de ensino; um problema que persegue não só a escrita, mas antes de tudo o ensino de Língua Portuguesa nas escolas. No entanto, forma e sentido são “noções gêmeas”, como denomina Benveniste (2006b), logo indissociáveis. A normalização é, também, dotada de sentido.

Durante a entrevista, Lorena citou elementos fundamentais para a escrita de um texto que, segundo ela, nem sempre estão presentes nos trabalhos dos alunos. Tentando resolver “o cerne do problema”, como diz Endruweit (2022, p. 118), que é a dissociação de forma e sentido, a revisora frequentemente explica aos alunos-autores: não basta fazer as adequações gramaticais se o texto não tem sentido. De fato, como dito anteriormente, forma e sentido devem andar juntos, e é isso que essa revisora almeja no texto acadêmico.

Além disso, na visão de Lorena, o aluno parece não ter orientação suficiente na universidade nem domínio da escrita acadêmica. Ela explica:

Eu percebo que chegam alunos pra revisão não só porque o professor indicou, é porque esses alunos não tiveram orientação, por exemplo. Então ele tá desesperado por não dominar essa questão do gênero muitas vezes. Ele fala assim: “olha, eu não sei o que eu tô fazendo, mas eu tenho dois meses pra entregar esse trabalho”, aí acaba sendo um trabalho de orientação também eu acho, não só de mexer no texto. Às vezes tá uma bagunça, e eu falo “ó, vamos mudar esse capítulo de lugar”. É muita intervenção às vezes que acontece quando o aluno tá perdido. O trabalho sai outro, então eu acho que, além de ser formador, é outra qualidade do trabalho que o aluno vai entregar sem dúvida (Revisora Lorena).

A falta de sentido no processo de escrita acadêmica fica evidente na fala do aluno citada como exemplo por Lorena: “olha, eu não sei o que eu tô fazendo, mas eu tenho dois meses pra entregar esse trabalho”. O aluno não vê sentido nessa escrita a não ser a avaliação exigida pela universidade para conclusão do curso.

Também, como relata a revisora, o aluno não compreende as expectativas da universidade, repassadas pelo professor, sobre a tarefa escrita. Infelizmente, essa realidade não é exclusiva dos cursos de graduação. Lorena fala também de casos de alunos de pós-graduação que passam pelas mesmas dificuldades, exigindo que o revisor atue como um colaborador no processo de ensino de escrita:

Eu vejo que até na pós-graduação [o revisor] tem esse papel, principalmente nas outras áreas, não tanto nas humanidades eu acho. Tem tese de doutorado que você fala: “Meu Deus, se não fosse uma revisão!”. E assim, não é demérito nenhum, o trabalho tem uma superqualidade, só que é isso, falta uma textualização melhor, falta orientação, ou seja, a pessoa tá

fazendo um doutorado sozinha, que é um trabalho tão intenso. E aí é o revisor que cumpre esse papel, sabe? (Revisora Lorena).

Se “a pessoa está fazendo um doutorado sozinha”, mais uma vez fica evidente a falta de interlocução durante o processo de escrita – e provavelmente de pesquisa. Afinal, a culminância de uma pesquisa, o momento em que o pesquisador narra seu percurso e suas descobertas, é a produção de um texto. Mas esse texto, sabemos, tem características que nem sempre são claras para quem deve escrevê-lo; daí a necessidade de interlocução constante durante o processo de escrita.

Lorena cita inclusive casos em que se encontrou pessoalmente com alunos para compreender o texto que seria revisado: “e quantos alunos de pós [...] que eu sentei do lado pra mexer no texto, porque era assim, a pessoa tava tão perdida que não adiantava você trabalhar no texto, ela tinha que te dizer o que ela queria com aquilo”. Essa conversa sobre o texto é fundamental para que uma reescrita possa ser encaminhada. Dessa maneira, fala e escrita estão a serviço uma da outra. A conversa sobre o texto serve para desvendar as minúcias que se escondem na linguagem interior do aluno que se propõe a escrever. Novamente, o que a revisora faz é uma espécie de decifração da metáfora, nas palavras de Endruweit (2022), a fim de tornar essa linguagem interior inteligível aos outros. Diante desse cenário, Lorena define seu fazer como assessoria linguística, um serviço que inicialmente não planejava oferecer, mas que se tornou uma demanda real no meio acadêmico.

Vejamos, a seguir, o que disseram as alunas entrevistadas, a outra ponta da relação entre revisor e autor.

3.2 A dimensão do trabalho do revisor de texto sob o olhar do aluno-autor

Para ter a percepção das alunas-autoras sobre o trabalho dos revisores de texto, pedi que elas descrevessem os fatores que tinham motivado a contratação desse profissional e como havia sido essa experiência detalhadamente.

Giovana, a primeira aluna entrevistada, destacou como primeiro motivo para contratação de um revisor a falta de interlocução na universidade. Segundo a aluna, sua professora tinha pouco tempo disponível para orientação, uma vez que ela orientava muitos alunos no mesmo período, causando certo receio a Giovana em solicitar à docente tanta ajuda quanto gostaria. Ainda, afirmou que sentia a necessidade de ter um olhar de fora da sua área (jornalismo), alguém que pudesse opinar sobre a sua pesquisa e ajudá-la a tornar esse texto acessível a diferentes leitores. Ela explica:

Eu queria ter uma pessoa pra me dizer: “cara, isso aqui tá legal, eu tô conseguindo entender”. E como a minha professora é da área, ela ia entender tudo, sabe? Mas alguém de fora... Tanto que a revisora falou: “acho muito legal que tu abre os termos jornalísticos e explica eles, porque aí faz com que as outras pessoas possam entender” (Aluna Giovana).

Analisando a fala de Giovana sobre o comentário da revisora contratada, percebemos uma profissional interessada não apenas na *correção* do texto, mas principalmente na acessibilidade deste texto para outros leitores. Além do desejo de ter um leitor interessado, a fala de Giovana permite inferir que ela precisava de interlocução, ou seja, um *tu* a quem o *eu* pudesse se dirigir nesse ato enunciativo escrito. Essa pessoa olharia com “um olhar novo”, nas palavras da aluna, o que, sob o viés enunciativo, pode ser considerado uma nova enunciação e, ainda, uma enunciação de retorno.

Aquele que escreve se enuncia ao escrever e, na sua escrita, faz os indivíduos se enunciarem, como afirmou Benveniste (2006a). E assim faz o revisor: com sua leitura, ele se reapropria da escrita do aluno e oferece uma enunciação de retorno. É nessa troca entre os pronomes pessoais *eu* e *tu*, explica Endruweit (2022), que se funda a intersubjetividade. Como resultado, segundo Flores (2018), teremos uma escrita que carrega tanto as marcas de quem escreve quanto as marcas de quem o autor faz se enunciar.

Vera, a segunda entrevistada, teve como motivação a indicação de seu próprio orientador para que ela contratasse um revisor, visando o aprimoramento do texto. Ela também contou que, na época da escrita do TCC, tinha dificuldades de conciliar a sua ocupação profissional, as disciplinas da graduação, a pesquisa e sua consequente escrita. Esse cenário de muita pressão fazia com que ela não conseguisse se organizar, conforme relato a seguir:

Hoje a gente mora num mundo totalmente corrido, onde estudar e trabalhar acaba tomando um tempo gigantesco, e cada vez que eu sentava pra fazer o TCC eu tava preocupada com a produção, em gerar conteúdo, gerar conteúdo, eu colocava aquilo de forma desorganizada. Conforme os pensamentos vinham, as pesquisas aconteciam, eu ia jogando ali pra dentro. E chega um ponto que tá tão estafante que a gente precisa da ajuda de alguém, até porque, daqui a pouco o erro tá ali, mas eu olhando não consigo notar (Aluna Vera).

Nesse trecho, a aluna conta que “jogava” os pensamentos no papel de forma desordenada. O revisor, então, na visão da aluna, seria encarregado de organizar seus escritos. De fato, como explica Benveniste (2014), o ato de escrever não provém da fala nem da linguagem em ação, mas da linguagem interior, que é rápida e incoerente. A linguagem interior deve ser acessada e, então, convertida em escrita. No entanto, por ser inteligível apenas para o falante, essa conversão se torna uma tarefa complexa. “Da palavra ao desenho da palavra, realiza-se um salto imenso”, diz Benveniste (2014, p. 131), e “o que está em questão é a relação entre o que escrevemos e o que pensamos”. Portanto, a relação primordial se dá entre pensamento e escrita, e não entre fala e escrita, como se poderia imaginar, uma vez que a escrita também é representação da fala.

Depois disso, pedi às alunas que me contassem como havia sido a experiência com o revisor de texto. Também pedi que dissessem o que esperavam desse trabalho e o que de fato esse profissional entregara ao final.

Giovana respondeu o seguinte:

Eu não queria só uma revisão ortográfica, eu não queria só que colocasse nas normas da ABNT, formatação, eu queria alguém que me ajudasse a dar sentido para aquilo, eu queria alguém que me ajudasse a dar sentido para aquele texto. Então, sempre que eu terminava um capítulo, eu mandava pra ela, antes mesmo de eu mandar para a minha professora. Porque, como eu sabia que a minha professora tava com muita demanda, eu mandava primeiro pra ela [revisora], e aí ela me devolvia, eu mandava pra minha professora, e aí a professora dava o aval (Aluna Giovana).

Nessa fala, notamos que, desde o início, Giovana buscava dar sentido à sua escrita, não apenas alguém que padronizaria seu texto de acordo com as normas. Esse sentido seria atribuído em um primeiro momento por meio da leitura atenta, interessada. Somente depois dessa troca com a revisora, Giovana endereçava seu texto à orientadora, que então daria o “aval”, isto é, aprovaria sua inclusão no trabalho acadêmico. Giovana também afirmou que sua experiência escrevendo um trabalho final foi boa porque não foi um processo “solitário”:

Eu queria alguém que não fizesse só o técnico, eu queria a questão humana do negócio.

Então, pra mim foi muito bom. [...] Então, como a gente teve sempre esse diálogo muito aberto, nunca teve estresse, nada, nada, sempre foi muito tranquilo. [...] Por isso também minha experiência fazendo o TCC foi tão boa, eu gostei muito. Não foi solitário, não foi tão cansativo, eu gostei mesmo (Aluna Giovana).

Podemos relacionar essa declaração a duas principais características que tornam a escrita uma atitude diferente da fala, conforme diz Benveniste (2014): primeiro, de forma mais geral, a ausência de um contexto onde se trava essa enunciação, isto é, o estabelecimento das categorias de pessoa, tempo e espaço, que formam o que podemos considerar a “questão humana” mencionada por Giovana; segundo, e principalmente, a ausência de um interlocutor, gerando a sensação de solidão que a aluna relata. O revisor, então, devolve ao ato enunciativo escrito aspectos até então ausentes.

Assim, além da presença parcial de sua professora orientadora, Giovana encontra nesse profissional um interlocutor constante, alguém sempre disponível para contribuir com uma enunciação de retorno, presentificando a categoria de pessoa. Isso porque a escrita é dotada de sentido sobretudo quando encontra interlocução, quando há intersubjetividade, fundamental para esse ato enunciativo (Endruweit, 2022).

Vera, por sua vez, disse que desenvolveu, com sua revisora, “uma relação bem dinâmica: eu falava, ela respondia, eu mandava as dúvidas, ela tirava”. No seu relato, a aluna afirmou ter se surpreendido com o fato de que a profissional nem sempre oferecia uma revisão resolutive, que sanaria os problemas no texto; muitas vezes, a revisora oferecia orientação textual, direcionando a aluna a reescrever o seu texto e, por conseguinte, aprimorar sua escrita acadêmica:

Ela me dava o que eu precisava fazer, e eu mandava [...]. Então era ótimo porque eu, com isso, acabei aprendendo também muitas coisas que são necessárias em um trabalho, principalmente em TCC. E ela sanou muitas, muitas, muitas dúvidas, além de, claro, a correção ortográfica de alguma coisa que a gente acaba escrevendo na corrida, sem pontuação, sem... passa, né, a gente sabe que a gente passa (Aluna Vera).

Notemos que, diante das necessidades da aluna, a revisora optava por orientar a aluna para o aprimoramento do texto, e não por reescrevê-lo – afinal, reescrever o trabalho seria eticamente inadequado por parte da revisora. Essa atitude de orientação da revisora, como Vera relatou, surtiu em aprendizado para a própria aluna.

Percebendo suas próprias dificuldades e a complexidade dessa tarefa de conversão do seu pensamento em escrita, Vera encontrou no revisor uma forma de dar sentido à sua escrita, incluindo o outro nesse seu ato enunciativo. No encontro com o revisor, a aluna pôde materializar o *tu* na cena enunciativa, marcado por uma presença-ausência, nos termos de Endruweit (2022), já que a escrita se dá em tempo e espaço diferentes dos da fala.

Enfim, com essa breve análise de narrativas e o apoio da teoria da enunciação de Benveniste, acredito ser possível redimensionar a revisão de texto, dando-lhe um novo sentido. Na seção seguinte, me dedico a isso.

4 NOVOS SENTIDOS PARA O ATO DE REVISAR

Ao analisar as narrativas das revisoras e das alunas, ficam evidentes alguns pontos que corroboram a importância de desempenhar o trabalho de revisão sob a ótica benvenistiana,

atribuindo novos sentidos a esse labor. Nas falas das revisoras, destaco principalmente três fatores que ligam esse fazer à teoria da enunciação de Benveniste.

O caráter intersubjetivo da escrita: o trabalho de revisão está fundado na relação *eu-tu*, que é condição para a intersubjetividade e necessária para o processo de escrita que diz do sujeito, uma escrita que não é meramente utilitária. Essa característica do fazer do revisor está presente nas conversas sobre o texto, isto é, nos atos enunciativos que se estabelecem entre os interlocutores, sejam esses atos escritos ou falados, dos quais resultam reescritas e, por fim, uma versão final, considerada ideal pelos interlocutores que compõem essa cena enunciativa.

A dissociação entre forma e sentido nos textos acadêmicos: a realidade escolar e, posteriormente, universitária tem levado os alunos-autores a compreender as tarefas de escrita como um ato centrado meramente na forma, desprendido do real sentido do processo de escrita. Na relação com o revisor, o aluno atribui um novo sentido ao ato de escrever, muito além da mera avaliação, uma vez que passa a ter um leitor interessado no que ele tem a dizer por meio da escrita.

Escrita como meio de reflexão sobre a capacidade de significação da língua: como consequência dos pontos descritos anteriormente, quando o aluno passa a ter um interlocutor, um leitor interessado, que oferece uma enunciação de retorno dessa leitura, ele também descobre como a língua pode significar na escrita, assim como significaria na fala.

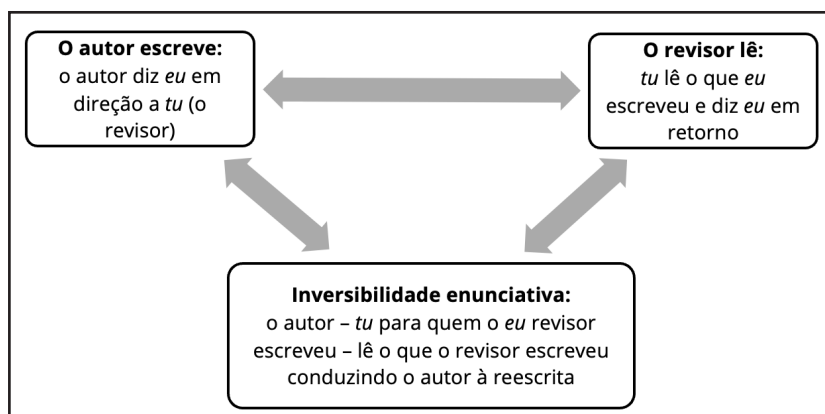
Já nas falas das alunas, destaco dois pontos relevantes que levam à busca pelo revisor.

A dificuldade enfrentada durante a tarefa de conversão do pensamento em escrita: escrever é mesmo esse desembaralhar de ideias que, inicialmente, podem até parecer organizadas, mas que, quando representadas no papel (ou na tela), já não parecem mais tão claras, pois faltam a quem escreve os elementos que constituem um ato enunciativo, ou seja, as categorias de pessoa, tempo e espaço.

A necessidade de interlocução na escrita: é na interlocução, isto é, na intersubjetividade, que as categorias de pessoa, tempo e espaço se fazem presentes no ato de escrever. As alunas, que se diziam solitárias no processo de escrita de seus TCCs, criaram a cena enunciativa ideal quando buscaram um *tu* a quem pudessem se dirigir no ato enunciativo escrito, presentificando assim o leitor inicialmente imaginado.

Com essa análise, ainda é possível esboçar visualmente a relação entre revisor e autor, bem como o efeito dessa relação no processo de escrita.

Figura 1 – Inversibilidade enunciativa na relação autor-revisor



Fonte: elaborada com base em Juchem (2012)

Como se pode notar na Figura 1, quem escreve diz *eu* no ato enunciativo escrito em direção a um *tu*, que nesse caso é o revisor. A categoria de pessoa que estava ausente da cena enunciativa da escrita retorna por meio do ato de revisar, faz-se presente na figura do revisor. Em seguida, o revisor, que é o *tu* a quem o autor se dirigiu, faz a sua leitura, renovando neste ato o aqui e o agora da enunciação. Nesse momento, o autor deixa de ser *eu* e cede seu lugar ao *tu*, ao revisor, que, ao ler e oferecer uma enunciação de retorno, passa a ser *eu*. Assim se instaura a intersubjetividade. Esse ciclo pode se repetir muitas vezes durante o ato de escrever/revisar. Cabe a esses interlocutores a decisão de quando o ciclo se encerra: apenas quando o resultado for dotado de significação, uma escrita que tenha sentido para os locutores envolvidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a revisão através da lente da enunciação, podemos notar que o papel do revisor é muito mais sensível do que aquele que consta no imaginário social. Até que analisemos o seu fazer detidamente, o revisor pode ser considerado apenas um policial da língua, que tem como sua principal arma a gramática, com a qual exige que a norma-padrão seja seguida à risca. Um profissional sem uma formação ampla e que decide se aventurar no mundo da revisão de texto pode assumir essa função normalizadora e crer que este é, de fato, o seu papel.

Por outro lado, com a teoria benvenistiana, a gramática não deixa de ser importante, mas está em outra instância no processo de escrita. Primeiramente, cabe ao revisor estabelecer uma relação de interlocução com o autor, assumindo assim seu papel de parceiro no processo de escrita. É na instauração da intersubjetividade que o ato enunciativo escrito passa a ter sentido – sentido esse que vai sendo negociado entre *eu* e *tu* durante o processo de escrita. Até que se estabeleça a intersubjetividade, o que temos é apenas texto, enunciado. No entanto, o revisor só é capaz de assumir esse lugar de interlocutor se ele tiver a oportunidade de compreender que este é o cerne do seu fazer. E aí voltamos ao tema que abre esta discussão: a carência de formação dos revisores de texto.

Sem uma filiação teórica que dê conta de explicar a complexidade da língua, seja ela falada ou escrita, o trabalho de revisão não passa de um ato mecânico, impositor de regras e mantenedor de uma tradição linguística que considera a língua imutável. Além disso, em tempos de inteligência artificial, a capacidade de refletir sobre a língua que nos constitui como sujeito é um dos principais pontos que nos distingue da máquina, com sua sintaxe robótica e repetitiva, desprovida do humano.

Nesse sentido, espero ter conseguido demonstrar que a língua não é meramente uma ferramenta de comunicação; com Benveniste, entendemos que, antes de tudo, ela nos é constitutiva, e que escrever é, portanto, mais que representação da fala, é uma das formas como nos estabelecemos como sujeito no mundo. E assim, na mesma medida em que o autor se constitui como sujeito da enunciação, dizendo *eu*, o revisor desvenda o seu próprio lugar na língua. Uma relação de troca mútua: eis um possível resumo do que faz o revisor de texto benvenistiano.

REFERÊNCIAS

- BABBIE, Earl. **The basics of social research**. Belmont: Thomson Learning, 2008.
- BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana de Andrade. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **D.E.L.T.A.**, ed. esp., n. 31, p. 97-126, 2015.
- BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem (1967). *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et al. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006b. p. 220-242.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem (1958). *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005a. p. 284-293.
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação (1970). *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et al. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006a. p. 81-90.
- BENVENISTE, Émile. Os níveis da análise linguística (1962). *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005b. p. 127-140.
- BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)**. Trad. Daniel Costa da Silva et al. São Paulo: Unesp, 2014.
- ENDRUWEIT, Magali Lopes. **Repensando a escrita**. Jundiaí: Paco Editorial, 2022.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FLORES, Valdir do Nascimento. A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual. **D.E.L.T.A.**, v. 34, n. 1, p. 395-417, 2018.
- FLORES, Valdir do Nascimento. Linguagem (2). *In*: FLORES, Valdir do Nascimento *et al.* (org.). **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Linguística da Enunciação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- JUCHEM, Aline. **Por uma concepção enunciativa de escrita e re-escrita de textos em sala de aula: os horizontes de um hífen**. 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- LICHTENBERG, S. et al. Diálogo (2). *In*: FLORES, Valdir do Nascimento *et al.* (org.). **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 81.
- MASON, Jennifer. **Qualitative researching**. 2. ed. London: Sage, 2002.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Org. Charles Bally e Albert Sechehaye. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. 34. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Escritos de Linguística Geral**. Org. Simon Bouquet e Rudolf Engler. Trad. Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004.
- VOLKWEIS, Felícia. **O papel do revisor: é preciso pedir ao óbvio que se justifique**. 2020. 134 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

1 – Felícia Xavier Volkweis

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

<https://orcid.org/0009-0003-3147-6650> - fvolkweis@gmail.com

Contribuição: Autor